

**ATA DA 52ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 2 e 3/9/2003

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (glenda.melo@uol.com.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antonio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)  
Célia Maria Ravazzani Ribeiro – Min. Integração Nacional (celia.ribeiro@integracao.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Daniela Gurgel de Amorim – CHESF (danielag@chesf.gov.br)  
Edimárcio de Araújo Prudente – Votorantim Metais (edimarcio@tm.cmm.com.br)  
Hadijamine Itapá Fernandes – DNIT/Min. Transportes (hadijamine.fernandes@dnit.gov.br)  
Dep. Leonardo Mattos – Câmara dos Deputados (dep.leonardomattos@camara.gov.br)  
Marco Antônio Fioravante – Câmara dos Deputados  
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
Valter Otaviano Junior – AGU/MMA/CONJUR (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)  
Vera Maria Weigand – SRH/BA (vweigand@srh.ba.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 2/9/2003

**Início:** 9:30 h

**Término:** 18:15 h

Às nove horas e trinta minutos do dia dois de setembro de 2003, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 52ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, abriu os trabalhos falando sobre a realização do 5º Encontro do Fórum Nacional de Comitês, confirmou a presença na reunião do Deputado Leonardo Mattos para participar da discussão sobre o PL nº 1.507, de 2003, por ele proposto, e comunicou o cancelamento do item 7 da pauta, apresentação sobre o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho – GERCOM, em decorrência da solicitação pelo palestrante. Externou sua preocupação sobre interferências que estariam ocorrendo entre competências de câmaras técnicas e expôs sua intenção de solicitar reunião de Presidentes das câmaras para discussão deste tema e das novas disposições do Regimento Interno, dentre outros assuntos. A Dra. Patrícia solicitou a palavra para esclarecer que a audiência ocorrida recentemente com o Dep. Leonardo Mattos para discutir o PL nº 1.507 havia sido solicitada pelo setor da indústria, que estendeu convite para participação aos membros da CTCOB. O Dr. Julio Thadeu solicitou ao Dr. Jessé que fizesse um breve

relato sobre o 5º Encontro do Fórum Nacional de Comitês de Bacia, realizado no mês de agosto passado em Aracaju, SE. Em seu relato, o Dr. Jessé falou sobre as eleições ocorridas durante o evento e, referindo-se ao ofício encaminhado pela CTIL (**Anexo II**), disse que não haveria um documento resposta específico, mas que considerações sobre o tema tratado fariam parte do relatório final do evento, em elaboração. Com isso, passou-se ao item 2 da pauta: aprovação das minutas de ata da 50ª e 51ª reuniões da CT; ambas foram aprovadas com modificações. O Dr. Julio Thadeu explicou que o Dr. Ícaro, que faria a apresentação constante do item 3 da pauta, havia solicitado que a mesma ocorresse no período da tarde, às 14:30 horas. Dito isso, passou ao item 4: elaboração de proposta de composição para preenchimento das vagas criadas nas câmaras técnicas pelo novo Regimento Interno do Conselho. Falou sobre o procedimento habitualmente adotado pela Secretaria Executiva para os processos de composição das câmaras, iniciado pelo envio de correspondência a todos os conselheiros com solicitação de manifestação de interesse de participação, em prazo determinado. Fez ressalva sobre os mandatos a serem assumidos, que seriam coincidentes com o dos demais membros da respectiva CT. Em seguida, leu o art. 25 do Regimento Interno, que estabelece os parâmetros que deveriam ser seguidos na elaboração da proposta de preenchimento das vagas nas CTs. Com relação à tabela encaminhada, contendo a síntese dos pleitos recebidos pela Secretaria Executiva (**Anexo III**), ressaltou a ocorrência de mais de uma solicitação vinda de um representante, para uma mesma CT. Sobre o fato, ficou definido que, para o caso dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, seria concedida apenas uma vaga, uma vez que existe condição de titularidade entre os representantes. Ficou também definido que na ocorrência do fato na proposta final aprovada na Plenária, a Secretaria Executiva deveria enviar comunicação aos conselheiros implicados, solicitando consenso na indicação do representante. A Dra. Cristina Yuan ressaltou a questão da proporcionalidade de participação nas CTs dos quatro segmentos representados no Conselho; com isso, propôs que as vagas fossem, à medida do possível, distribuídas igualmente. O Dr. Julio Thadeu lembrou da importância do comparecimento às reuniões das CTs. Feitas essas considerações iniciais, foram abertos os debates para elaboração da proposta de composição. Durante o restante do período da manhã foram discutidas e finalizadas as propostas para seis CTs, ficando duas para serem retomadas no período da tarde, após a apresentação referente ao item 3 da pauta. Com relação à CTCOB, a Dra. Cristina Yuan solicitou registro sobre a sua discordância com a composição proposta, destacando que deveria ter sido incluída a participação das prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Às 12:15 horas, foi feita pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:35 horas, quando o Dr. Julio Thadeu, em sequência às apresentações sobre a situação do gerenciamento dos recursos hídricos nos estados, convidou o Dr. Ícaro Moreno Jr., Presidente da SERLA-RJ, para proferir palestra referente ao Estado do Rio de Janeiro (**Anexo IV**). O Dr. Ícaro agradeceu a oportunidade e elogiou a iniciativa da CTIL. Falou inicialmente sobre a situação institucional da gestão de recursos hídricos no Estado; dispôs também sobre os trabalhos do Conselho Estadual e suas CTs. Destacou que a SERLA é o órgão gestor dos recursos hídricos no Estado, inclusive com poder de polícia, mas com corpo técnico totalmente direcionado para obras. Após a apresentação foram abertos os debates. A Dra. Ninon fez questionamentos relativos ao sistema lagunar de Jacarepaguá e opinou que os comitês previstos no estado necessitavam de uma maior abrangência; finalizou recomendando que a SERLA priorizasse a contratação de serviços através de termos de referência públicos e não diretamente a órgãos públicos, como a UFRJ. A Dra. Patrícia questionou sobre a intenção de se transformar as denominadas agências regionais em agências de água e obteve resposta negativa por parte do Dr. Ícaro; relatou também que o Fundo do Meio Ambiente do RJ (FECAM) havia sofrido corte nos seus valores. O Dr. Ícaro prestou esclarecimentos sobre os cortes, mas se mostrou favorável à criação de fundos em detrimento à forma atual, com orçamento único; lembrou que os fundos não seriam um mecanismo apenas de receita, mas também facilitadores da administração, permitindo ainda a transparência na gestão dos recursos. A Dra. Cristina Yuan, destacou que a SERLA teria avançado muito nesta administração, inclusive em seu aparelhamento; disse ser importante se tentar assegurar que o fundo de recursos hídricos proposto pelo Dr. Ícaro recebesse recursos e que os mesmos fossem integralmente utilizados na bacia de origem. O Dr. Julio Thadeu salientou que até o ano de 1999 o Rio de Janeiro não possuía lei de recursos hídricos e que, nesses quatro anos, avanços teriam sido realizados; destacou também a importância da descentralização adotada. Em seguida, agradeceu a exposição do Dr. Ícaro e o parabenizou pelos trabalhos realizados no Estado. Ainda sobre o tema, o Dr. Julio Thadeu falou sobre a intenção da SRH/MMA, como Secretaria Executiva do CNRH, de trazer o Dr.

Eduardo Lanna, presente na reunião, para fazer um trabalho de sistematização das apresentações dos estados, intencionando a elaboração de produto final. A Dra. Dalvacir questionou sobre os objetivos das apresentações. Foi informado que o objetivo era ter um panorama da situação do gerenciamento de recursos hídricos no país, além da possibilidade da proposição de medidas para a continuidade do avanço da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH. O Dr. Julio Thadeu disse que encaminhamentos específicos poderiam ser propostos a qualquer tempo, não sendo necessário aguardar a apresentação de todos os estados. Ficou acertado que a sistematização a ser elaborada pelo Dr. Lanna deveria ser trazida à CT na forma de relatórios parciais a serem encaminhados à Plenária do CNRH, juntamente com possíveis proposições. Findo o tema, a Dra. Ninon solicitou retorno à ata da 51ª reunião e propôs algumas modificações. As modificações foram aceitas, assim como as feitas pela Dra. Maria Luiza, relativas à ata da 50ª reunião. Retornando ao debate sobre a composição das CTs, foi finalizada proposta (**Anexo V**) para encaminhamento ao CNRH. Passou-se então ao item 6: análise da proposta de moção encaminhada pela CT de Ciência e Tecnologia - CTCT (**Anexo VI**). O Dr. Julio Thadeu convidou o Dr. Schubart, na condição de representante da CTCT, para fazer apresentação sobre o documento encaminhado. O Dr. Schubart relatou que por ocasião de apresentação na CTCT do Dr. Ivon Fittipaldi, Diretor do CTHidro, foi evidenciado que parte dos recursos destinados ao fundo foram contingenciados, em razão do que foi elaborada a presente proposta de moção. Iniciaram-se os debates e foram também solicitados esclarecimentos ao Dr. Schubart. Modificações foram feitas no texto original e, ao final, solicitado o encaminhamento da proposta (**Anexo VII**) ao CNRH, para superior deliberação. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Schubart e, às 18:15 horas, encerrou o primeiro dia de reunião.

**DATA:** 3/9/2003

**Início:** 9:15 h

**Término:** 18:45 h

Às nove horas e quinze minutos do dia três de setembro de 2003, com a Dra. Sonáli presidindo a reunião, iniciou-se o segundo dia de trabalho da 52ª reunião da CTIL. Foram retomadas as atividades pelo item 5 da pauta: análise da proposta de resolução sobre a relação institucional entre comitês de bacia. O Dr. Jessé reiterou que as questões relativa ao tema, encaminhadas pela CT ao Fórum, deveriam ser abordadas no relatório final do Encontro, que estava em elaboração. Em complementação, o Dr. Fernando Rodrigues afirmou ter verificado, durante o evento, um grande desconhecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; propôs que fosse solicitado ao Fórum de Comitês a criação de um Grupo de Trabalho, com representatividade nacional, para discutir a revisão da Resolução CNRH nº 5 no âmbito da CTIL. A Dra. Dalvacir propôs que fosse retomada a proposta inicial para a revisão da Resolução CNRH nº 5 ou seja, com ênfase também para as fases que antecedem a criação e instalação dos comitês; opinou que não deveriam ser feitos exercícios de futuro, como o caso do relacionamento entre comitês. O Dr. Fernando Rodrigues disse que, como a implementação da PNRH era dinâmica, a Resolução CNRH nº 5 deveria estar permanentemente em discussão e avaliação. Destacou a importância da resolução no respaldo à ANA na sua competência de suporte à instalação dos comitês. A Dra. Patrícia disse que a versão atual da revisão da Resolução CNRH nº 5 estaria precisando de enxugamentos em seu texto, visando uma maior objetividade; opinou que na resolução a questão da representatividade estaria carecendo de melhores definições. O Dr. Otaviano destacou a importância dos diferentes pontos de vista na CT e opinou que a Resolução CNRH nº 5 não deveria ser usada para fins indevidos; exemplificou citando o art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece as competências do CNRH, inclusive a questão de dirimir conflitos. Comentou que interpretações sempre existirão, mas destacou a importância de que todos vejam o sistema com olhos de quem quer construir. Ao final dos debates, ficou definida a criação de um GT com a missão específica de elencar os tópicos discutidos relacionados com a Resolução CNRH nº 5, com o seguinte enfoque: levantamento das matérias já discutidas; se existe necessidade da inclusão de novos temas; e, caso existam, proposta de cronograma para sua discussão. O GT ficou assim composto: Dra. Vera Weigand; representante da ANA (a ser indicado pelo Dr. Reginaldo); Dra. Patrícia; Dr. Otaviano; Dr. Wilson (coordenador); Dra. Maria Luiza; e Dra. Cristina Yuan. A reunião do GT será realizada no próximo dia 25 de setembro, na SRH/MMA, Brasília-DF, e a Secretaria Executiva enviará o e-mail de convocação contendo a documentação pertinente. O GT deverá apresentar resultados na próxima reunião da CT, ocasião em que se verificaria a participação, no processo de discussão da Resolução, de outro GT indicado pela coordenação do Fórum Nacional de Comitês, conforme proposto anteriormente. Com relação à discussão sobre o

relacionamento institucional entre comitês, ficou decidido o aguardo do relatório final do 5º Encontro do Fórum de Comitês, previsto para acontecer antes da próxima reunião da CTIL. Encerradas as discussões, o Dr. Reginaldo solicitou a palavra e disse que o Conselho deveria envidar esforços visando a votação do PL nº 1.616; observou que o PL abordava grande parte das questões em discussão na CTIL. A Dra. Sonáli opinou que a CT deveria se empenhar no fechamento desta etapa de revisão da Resolução CNRH nº 5, o que não impediria de, em paralelo, se focar o PL nº 1.616. Passou-se então ao item 9 da pauta: análise da resposta ao ofício nº 11/2003/CTCOB. O Dr. Luiz Cláudio esclareceu que a Dra. Maria Luiza havia encaminhado anteriormente ao Presidente da CTIL documento de contribuição ao tema (**Anexo VIII**), mas que o mesmo não fora recebido pela Secretaria Executiva; ressaltou que cópias do documento estavam à disposição e também haviam sido entregues no dia anterior da reunião. A Dra. Ninon disse que a resposta ao ofício tinha uma abordagem apenas fiscalista; ressaltou que se deveria ter em vista as consequências sobre a disponibilidade futura da água causadas pelo contingenciamento dos recursos financeiros que deveriam ser aplicados na gestão dos recursos hídricos e ainda, que o direito à água faz parte do direito à vida e é direito humano fundamental; alertou que, na sua opinião, os responsáveis pelo processo de contingenciamento dos recursos da cobrança deveriam ser identificados, nome e CPF, tendo em vista responsabilidades futuras. Para uniformizar os entendimentos, a Dra. Sonáli solicitou à Dra. Maria Luiza que fizesse uma breve apresentação do documento que havia elaborado. A Dra. Maria Luiza fez explanação sobre o conteúdo do documento, destacando os contrapontos em relação ao documento elaborado pelo GT. O Dr. Reginaldo pediu questão de ordem e solicitou a suspensão da apreciação do assunto; argumentou que não havia tomado prévio conhecimento do teor do documento da Dra. Maria Luiza e, portanto, não estaria devidamente preparado para debatê-lo; observou que o texto continha ataques e ofensas à ANA, insinuando que o diretor da ANA estaria cometendo improbidade administrativa. “Por que então não se entra na Justiça?”, indagou. Acrescentou que o segmento da indústria estava sempre presente às reuniões da CTIL com três representantes e que as mesmas opinavam e votavam em todas as matérias, quando na verdade e, por direito, apenas um dos representantes poderia votar. Disse que havia tido informações que representantes da indústria, o presidente da CTCOB, Sr. Décio Michellis e outras pessoas, em reunião com o Dep. Leonardo Mattos, depois de uma reunião da CTCOB, além de se manifestarem contra o PL nº 1507, haviam feito ofensas à ANA e à figura de seu presidente, e que, portanto, queria deixar registrado, segundo informações obtidas, o comportamento anti-ético dessas pessoas que procuraram o deputado e falaram como representantes do CNRH. Disse, ainda, que discordava da postura dos representantes da indústria pois, apesar da Nota Explicativa do Grupo de Trabalho sobre as respostas à CTCOB estar pronta desde a última reunião e ter sido aberta várias vezes a sugestões, somente na reunião passada houve discordância destes quanto ao seu conteúdo, desrespeitando o trabalho realizado pelo grupo. A Dra. Cristina Yuan disse que a CTIL em sua reunião anterior havia estabelecido prazo para envio de sugestões para a resposta ao Ofício nº 11/2003/CTCOB e que o documento elaborado pela Dra. Maria Luiza havia sido enviado dentro desse prazo e que, possivelmente devido a algum problema na sua tramitação no âmbito da Secretaria Executiva, o mesmo, infelizmente, não pudera ser distribuído com antecedência aos membros da CTIL. Lembrou, no entanto, que os membros da CTIL haviam aprovado, poucos momentos antes, que a Dra. Maria Luiza apresentasse seu texto, assim como a Dra. Célia Cristina tivera a oportunidade de fazer a apresentação da proposta do GT na reunião anterior. Discordou que o texto redigido pela Dra. Maria Luiza contivesse qualquer ofensa à ANA e sim seu entendimento sob a ótica jurídica e legal do que deveriam ser as respostas da CTIL às questões colocadas pela CTCOB em seu Ofício nº 11. Manifestou estranheza à colocação do Dr. Reginaldo sobre a presença de três representantes da indústria nas reuniões da CTIL, uma vez que sempre havia sido diretriz das CT's do CNRH que as reuniões fossem abertas e que houvesse a participação de todos aqueles que pudessem aportar alguma contribuição e, que, inclusive a própria ANA já havia participado de diversas reuniões de Câmara Técnica com vários representantes e que as contribuições sempre haviam sido bem vindas. Disse, ainda, que a maioria das decisões da CTIL eram tomadas por consenso, raramente havendo necessidade de votação, mas que sempre que houve tal necessidade apenas um representante da indústria votou, através de chamada nominal feita pelo presidente da Câmara Técnica. Por fim, disse não aceitar qualquer insinuação ou acusação de conduta reprovável por parte das representantes da indústria, que sempre pautaram sua atuação por uma postura ética e de total transparência. Solicitou que o Dr. Reginaldo provasse que em qualquer momento as representantes da indústria tivessem

tido comportamento anti-ético ou proferido ofensas ao Dr. Jerson Kelman. A Dra. Patrícia ressaltou que no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH não existiriam mandatários, mas responsabilidades distintas. A Dra. Célia Cristina disse que os trabalhos do GT haviam sido realizados em clima de discussão aberta e que o GT havia aprovado o Relatório sob a forma de Nota Explicativa, sugerindo que os debates fossem feitos na próxima reunião da CT. A Dra. Maria Luiza esclareceu que o documento trazia a sua opinião jurídica, fundamentada na lei, na doutrina e na jurisprudência e apenas respondia as questões formuladas pela CTCOB. E que a questão da eventual improbidade administrativa dos administradores da ANA, por não aplicarem os recursos oriundos da cobrança na destinação prevista na lei, essa é também a opinião de Paulo Affonso Leme Machado, publicada na última edição de seu livro, de 2003. O Dr. Wilson opinou que não seria competência da CTIL emitir respostas definitivas para as questões demandadas pela CTCOB e que, nas reuniões do GT criado pela CTIL para responder ao ofício da CTCOB, não houvera consenso sobre vários itens; sugeriu que fosse encaminhada uma consulta formal aos órgãos competentes; opinou que praticamente todas as questões argüidas pela CTCOB se baseavam na definição da natureza jurídica dos 0,75% pagos pelo setor de geração de energia hidráulica pelo uso dos recursos hídricos, razão pela qual sugeria o encaminhamento dos questionamentos que foram formulados à CTIL, para a CONJUR/MMA. A Dra. Sonáli esclareceu que a idéia inicial era a apreciação dos diversos pontos de vista; disse que todos deveriam ouvir, para em seguida argumentar. A Dra. Maria Luiza retornou então à apresentação da sua análise. Ao final, o Dr. Julio Thadeu, retomando a presidência, propôs que, como não houvera oportunidade para avaliação prévia do documento encaminhado, novos debates ocorressem no âmbito do GT e, em seguida, o tema retornaria na próxima reunião da CTIL. O Dr. Wilson reiterou sua proposta de encaminhamento do assunto à CONJUR/MMA, com solicitação de parecer. Em concordância, a Dra. Dalvacir argumentou que pelo desenvolvimento dos debates, seria difícil se chegar a um entendimento. A Dra. Maria Luiza também concordou. O Dr. Reginaldo salientou que as diferenças seriam de ordem jurídica e profundas; disse que as divergências ocorridas não seriam de cunho pessoal, mas estritamente técnicas e jurídicas. Após debates, ficou acertado o encerramento do recebimento de contribuições e que o GT deveria se reunir em dia anterior à próxima reunião da CT, para nova análise da questão e posterior apresentação. Às 12:30 horas, ocorreu pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:40 horas, contando com a presença do Dep. Leonardo Mattos, autor do PL 1.507, de 2003 (**Anexo IX**). A Dra. Sonáli abriu a reunião e convidou o Deputado a iniciar sua apresentação, item 8 da pauta da reunião. O Deputado agradeceu a oportunidade de estar presente nesta CT do CNRH; disse reputar a questão hídrica e dos resíduos sólidos como temas importantes em seu mandato. Esclareceu que o não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água seria o foco principal do PL. Fez então um breve histórico da elaboração do PL, ressaltando seu embasamento na legislação já estabelecida. Disse entender que o estabelecimento de um fundo permitiria uma maior transparência na aplicação dos recursos. Ao final, o Deputado disse ter compromissos na Câmara Federal e que precisaria se retirar, mas que ali deixava o Dr. Marco Antônio, seu Chefe de Gabinete, para debater e anotar as sugestões e críticas. A Dra. Célia Cristina parabenizou o Deputado pela iniciativa. A Dra. Vera Weigand, observando que no anteprojeto consta que os recursos financeiros obtidos pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos devem ser “exclusivamente” aplicados nas bacias hidrográficas onde foram originados, sugeriu que esta restrição absoluta não observa as desigualdades regionais. Em certos Estados, exemplificou, há bacias hidrográficas cujos rios são intermitentes e onde os usuários são extremamente pobres, motivo por que nesses Estados os recursos dos fundos estaduais deveriam ser aplicados em acordo com respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Disse que, embora o anteprojeto se destine à vigência federal, ou por isto mesmo, o legislador deve buscar critérios que promovam melhor distribuição de recursos. Mesmo a justificativa de que os usuários somente pagarão se os recursos forem destinados às respectivas bacias hidrográficas é equívoco cada, primeiro porque o pagamento é determinado por lei e, portanto, não é voluntário, e, em segundo, porque não dever ser incentivado um ponto de vista individualista quando o que se propõe é uma visão comunitária do problema. O Dr. Reginaldo destacou a importância da continuidade do processo de construção do SINGREH; disse que o PL trazia grandes méritos e salientou que a proposta de criação de conta específica viria ao encontro do objetivo de se evitar o contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança. Disse não ver problemas na indicação da ANA como gestora dos recursos do Fundo proposto e finalizou sugerindo que, na definição da aplicação dos recursos, fosse acrescida a participação do CNRH e dos comitês. O Dr. Julio

Thadeu, retomando a presidência, agradeceu a presença do Deputado e salientou que as posições colocadas até o momento teriam caráter individual; esclareceu que, para o encaminhamento de sugestões, um documento seria elaborado no âmbito da CTIL e submetido à Plenária do CNRH. O Dr. Hugo observou que o estabelecimento das prioridades de aplicação dos recursos deveria ser feito pelo CNRH, com participação dos comitês; criticou a adoção do termo “exclusivamente na bacia” para a aplicação dos recursos e sugeriu “de acordo com as necessidades”, para garantir o caráter condominial da cobrança. A Dra. Ninon apoiou as ponderações do Dr. Hugo e destacou a importância do fortalecimento da participação da sociedade civil no processo. Já de saída, o Deputado disse que as opiniões seriam sempre bem vindas e que a tramitação do PL era importante para o recebimento de críticas. Destacou a importância do PL em oferecer contribuições para a sociedade e disse estar aguardando o encaminhamento das sugestões do CNRH. A Dra. Cristina Yuan propôs a criação de um GT para executar uma análise mais profunda do PL. O Dr. Julio Thadeu destacou a importância da participação do Dr. Marco Antônio como representante do Deputado nas discussões da CT sobre o PL; o Dr. Marco Antônio se comprometeu a tanto. Com a concordância de todos, ficou da seguinte forma a composição do GT: Dra. Ninon (coordenadora); Dr. Reginaldo; representante da Indústria; representante da SRH/MMA; Dra. Vera Weigand, indicada pelo Dr. Jessé. Ficou definido que a Secretaria Executiva deveria enviar e-mail solicitando contribuições ao PL, com prazo de 15 dias para recebimento, na forma de emendas aditivas, supressivas ou modificativas, acompanhadas das respectivas justificativas. Em seguida, deveria ser agendada reunião do GT. O Dr. Julio Thadeu deveria fazer contato com o Dr. Décio Michellis, Presidente da CTCOB, para discutir a compatibilização deste GT com o equivalente criado no âmbito da CTCOB. Findo o assunto, o Dr. Marco Antônio agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para futuras participações. Passou-se então ao item 10 da pauta: análise da resposta da ANEEL e ANA referente ao problema existente no Rio Branco – Rondônia (**Anexo X**). O Dr. Julio Thadeu passou a palavra ao Dr. Hugo, que disse que as respostas teriam sido meramente informativas e diziam que as questões levantadas deveriam ser discutidas no âmbito do Estado; disse que as respostas não estariam atendendo ao solicitado. A Dra. Patrícia complementou dizendo que a intenção não seria indicar responsabilidades, mas a busca de soluções; disse entender que a SRH/MMA e a ANA deveriam estar presentes no Estado para estudar o que fazer. O Dr. Reginaldo relatou que este assunto havia passado pela PGE da ANA, sendo tratado também no âmbito da Superintendência de Fiscalização, quando foi orçado mas não pode ser atendido em função da falta de recursos orçamentários. O Dr. Cabral citou incoerências entre os documentos encaminhados; propôs a solicitação de maiores esclarecimentos à ANEEL e ANA. O Dr. Wilson observou que não caberia à CT investigar causas, mas se posicionar e encaminhar o tema para deliberação do CNRH. O Dr. Fernando Rodrigues alertou que as discussões estariam ocorrendo sobre fatos inferidos; com isso, concluiu que atitudes não poderiam ser tomadas. A Dra. Sonáli, revendo os ofícios, disse que a FUNAI relatara que havia esgotado as suas possibilidades e desta feita, esperava contar com o apoio político do CNRH. O Dr. Reginaldo se comprometeu a enviar à Secretaria Executiva um relatório do que foi produzido na ANA sobre o assunto. Com isso, ficou definido que o tema seria item da pauta da próxima reunião quando, após análise do relatório e debates, poderia ser tomada a decisão de criação de um GT para estudar o assunto. Em assuntos gerais, o Dr. Julio Thadeu propôs a realização de reunião da CTIL na cidade de Curitiba, durante o XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, previsto para os dias 23 a 27 de novembro deste ano. A proposta foi aprovada, cabendo à Secretaria Executiva adequar as datas. A Dra. Cristina Yuan falou sobre o documento base da Conferência Nacional do Meio Ambiente (**Anexo XI**); disse que deveria ocorrer análise no âmbito do CNRH sobre a parte relativa a recursos hídricos do texto. Ficou acertado que a Secretaria Executiva enviaria e-mail aos Presidentes das CTs informando da existência do texto e solicitando análise pelas respectivas CTs. Propôs que, em prosseguimento, na reunião do CNRH prevista para fim de setembro/início outubro, fosse dada notícia sobre tal procedimento e que o texto com os diferentes aspectos apontados seria encaminhado aos conselheiros por e-mail, solicitando aprovação. Ficou esclarecido que o texto final seria um guia para participação dos componentes do CNRH na Conferência. Em seguida, a Dra. Patrícia tocou na questão ocorrida recentemente no estado do Paraná, quando a ANA delegou ao Estado competências em rios de domínio da União; questionou se o assunto não deveria ter vindo ao CNRH. A Dra. Dalvacir relatou que a Procuradoria Geral do Estado está questionando a ANA sobre o assunto. Foi definido que a discussão deste e outros assuntos afetos ao Estado do Paraná será incluída na pauta da próxima reunião da CT. Prosseguindo, a Dra. Patrícia abordou a

revisão da Resolução CONAMA nº 20, em andamento; disse existir a expectativa de que a nova versão da resolução fosse aprovada nos dois Conselhos e propôs que o tema fosse encaminhado para análise no âmbito da CTPOAR; solicitou ainda que entendimentos ocorressem sobre a possibilidade de aprovação conjunta da resolução, uma vez que os atos não poderiam ser desconectados. O Dr. Julio Thadeu se comprometeu a tratar do assunto com a Dra. Muriel Saragoussi, Diretora do CONAMA. Ainda com a palavra, a Dra. Patrícia propôs que a CTIL realizasse revisão no Decreto de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (**Anexo XII**), no sentido de que fossem incluídos como integrantes do projeto o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, na figura do CNRH, e o CBH São Francisco. Como foi verificado que não haveria tempo hábil para que o assunto fosse examinado na CT e encaminhado para a próxima reunião do CNRH, a Dra. Patrícia disse que, na sua condição de Conselheira, o encaminharia diretamente à Secretaria Executiva, solicitando a inclusão como item da pauta da reunião. Em seguida, a Dra. Dalvacir relatou que a ANA estava realizando trabalho conjunto com o IBAMA visando a unificação dos procedimentos de outorga em rios de domínio da União e o licenciamento ambiental. O informe seria encaminhado à CTPOAR. O Dr. Hugo solicitou a palavra e disse que, por motivo de viagem para estudos, esta seria sua última participação em reuniões da CTIL. O Dr. Julio Thadeu, em nome de toda a CT, agradeceu a importante participação do Dr. Hugo e as relevantes colaborações por ele trazidas. Findos os assuntos de pauta, às 17:50 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho de todos e encerrou a reunião.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- atas das 50ª e 51ª reuniões foram aprovadas, com modificações;
- o Dr. Jessé fez relato sobre o 5º Encontro do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, ocorrido em Aracaju, no mês de agosto passado;
- foi elaborada proposta de preenchimento das novas vagas criadas nas CTs pelo novo Regimento Interno do CNRH; a proposta será encaminhada à Plenária para superior deliberação;
- o Dr. Ícaro Moreno Jr., Presidente da SERLA-RJ, proferiu palestra sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro;
- o Dr. Julio Thadeu falou sobre a intenção da SRH/MMA, como Secretaria Executiva do CNRH, de trazer o Dr. Eduardo Lanna, presente na reunião, para fazer um trabalho de sistematização das apresentações sobre gestão de recursos hídricos nos estados;
- proferida a análise pertinente e solicitado o encaminhamento à Plenária, de proposta de moção encaminhada pela CTCT, recomendando a adoção de medidas visando o descontinenciamento dos recursos do CTHidro;
- foi criado GT com a missão específica de elencar os tópicos discutidos relacionados com a Resolução CNRH nº 5, com o seguinte enfoque: levantamento das matérias já discutidas; se existe necessidade da inclusão de novos temas; e, caso existam, proposta de cronograma para sua discussão; a reunião do GT será realizada no próximo dia 25 de setembro, na SRH/MMA;
- Com relação à discussão sobre o relacionamento institucional entre comitês, ficou decidido o aguardo do relatório final do 5º Encontro do Fórum de Comitês, previsto para acontecer em tempo hábil para a próxima reunião da CTIL;
- o GT encarregado da elaboração de proposta inicial de respostas ao ofício CTCOB nº 11 deverá se reunir em dia anterior à próxima reunião da CT, para nova análise da questão e posterior apresentação à CT;
- o Dep. Leonardo Mattos fez apresentação e participou de debates sobre o PL nº 1.507, de 2003, de sua autoria; para o encaminhamento de sugestões ao Deputado, um documento será elaborado no âmbito da CTIL e submetido à Plenária do CNRH; a Secretaria Executiva deverá enviar e-mail solicitando contribuições ao PL e, em seguida, deverá ser agendada reunião do GT;
- o Dr. Reginaldo se comprometeu a enviar à Secretaria Executiva relatório sobre o que foi discutido na ANA sobre a questão encaminhada pela FUNAI, referente a diminuição de vazão no rio Branco, Estado de Rondônia; o assunto fará parte da pauta da próxima reunião;
- aprovada a realização de reunião da CTIL na cidade de Curitiba, durante o XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, previsto para os dias 23 a 27 de novembro deste ano;
- a Secretaria Executiva enviará e-mail aos Presidentes das CTs informando da existência do Documento Base da Conferência Nacional do Meio Ambiente e solicitando a análise pelos membros das CTs da parte referente a recursos hídricos;

- foi abordada a questão ocorrida recentemente no estado do Paraná, quando a ANA delegou competências em bacias de rios de domínio da União; o assunto fará parte da pauta da próxima reunião da CT;
  - foi abordada a revisão da Resolução CONAMA nº 20, em andamento, e solicitado que entendimentos ocorressem sobre a possibilidade de sua aprovação conjunta pelos dois Conselhos, CNRH e CONAMA; o Dr. Julio Thadeu se comprometeu a tratar do assunto com a Dra. Muriel Saragoussi, Diretora do CONAMA.
  - foi proposta revisão no Decreto de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no sentido de que fossem incluídos como integrantes do Projeto o sistema de gestão de recursos hídricos, na figura do CNRH, e o CBH São Francisco.
- Ata aprovada em 29 de outubro de 2003, durante a 54ª reunião da CTIL.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores